TRIE SECI

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

Processo n.: @PPA 16/00171220

Assunto: Ato de Concessão de Pensão de Maria de Lurdes Moreira da Rocha

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP Decisão n.: 628/2017

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, §2°, alínea 'b', da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000, do ato de pensão de Maria de Lurdes Moreira da Rocha, em decorrência do óbito do servidor inativo Walmor João da Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, matrícula n° 245398-3-01, CPF n° 440.624.439-53, consubstanciado na Portaria n° 304/IPREV, de 01/03/2016, considerada ilegal por este órgão instrutivo, conforme pareceres emitidos nos autos, em razão da irregularidade abaixo:
- 1.1. Enquadramento da servidora inativa no cargo único de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, considerado irregular por agrupar funções que indicam graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, já que essa situação agride o disposto no § 1°, incisos I, II e III, do artigo 39 da Constituição Federal.
- **2.** Ressalvar a prejudicialidade do art. 41, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, haja vista que restaram cumpridos os requisitos constitucionais para a concessão da pensão, muito embora a alteração na denominação do cargo do servidor instituidor levou à conclusão pela denegação do registro, conforme exposto acima
- **3.** Alertar o Sr. Roberto Teixeira Faustino da Silva, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV, que a denegação do registro repercutirá na ausência da compensação previdenciária, se o servidor em análise contribuiu para o regime de origem.
 - 4. Dar ciência da decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV.

Ata n.: 56/2017

Data da sessão n.: 16/08/2017 - Ordinária

Especificação do quórum: Luiz Eduardo Cherem (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Julio Garcia e

Herneus De Nadal (Relator)

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Aderson Flores

Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca e Cleber Muniz Gavi

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

HERNEUS DE NADAL Relator

Fui presente: ADERSON FLORES Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Processo n.: @PPA 16/00171220 Decisão n.: 628/2017 1